



**A primeira obra de linguística produzida no Brasil:
Traços Geraes de Linguística (1880) de Júlio Ribeiro**
The first work of linguistics produced in Brazil: Júlio Ribeiro's *Traços Geraes de Linguística* (1880)

José Edicarlos de Aquino*

RESUMO: Trazemos para análise um texto até agora apagado na história das ideias linguísticas no Brasil, o livro *Traços Geraes de Linguística* (1880), de Júlio Ribeiro, que tem como fato significativo ter sido a primeira obra de linguística produzida no país. Apresentamos Júlio Ribeiro como um autor de linguística a par das questões do seu tempo, que trata de temas como a sede da linguagem articulada, o aparelho da fonação, a origem, a evolução e a tipologia das línguas e a história das ciências da linguagem, retomando e inovando a gramática histórica, e também como um historiador das ciências da linguagem, que apresenta interpretações particulares da história do conhecimento sobre a linguagem e as línguas. Mostramos que, por esse gesto de reformular as teorias linguísticas e a sua história, Júlio Ribeiro insere a língua portuguesa e as línguas indígenas brasileiras nas questões gerais do conhecimento científico sobre a linguagem no século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: História das ideias linguísticas no Brasil. Sede da linguagem articulada. Aparelho da formação. Origem, evolução e tipologia das línguas. História das ciências da linguagem.

ABSTRACT: We come to analyse a text until now forgotten in the history of linguistic ideas in Brazil, Júlio Ribeiro's *Traços Geraes de Linguística* (1880), significantly, the first work of linguistics produced in the country. We present Júlio Ribeiro as an author of linguistics aware of the issues of his time, who deals with themes such as the seat of articulated language, the apparatus of phonation, the origin, evolution and typology of languages and the history of language sciences, retaking and innovating the questions of historical grammar; and also as a historian of the language sciences, who presents particular interpretations of the history of Linguistics. We have shown that, by this gesture of reformulating linguistic theories and their history, Júlio Ribeiro inserts Portuguese language and Brazilian indigenous languages in the general questions of the scientific knowledge on language in the 19th century.

KEYWORDS: History of linguistic ideas in Brazil. Seat of articulated language. Apparatus of phonation. Origin, evolution and typology of languages. History of language sciences.

* Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris III. E-mail: edicarlos_aquino@yahoo.com.br.

1. Introdução

Em 1880, Júlio Ribeiro vai escrever o livro *Traços Geraes de Linguistica*, que tem como fato significativo ter sido a primeira obra a se autoneamar como sendo de linguística na história da reflexão sobre a linguagem no Brasil, como o primeiro compêndio de linguística produzido no país. Nosso objetivo é apresentar uma descrição e análise de cada um dos capítulos que compõem essa obra que estava até agora completamente apagada na história das ideias linguísticas no Brasil. Com isso, nosso intuito é de compreender os sentidos do termo linguística mobilizados no texto, notando as questões abordadas e os autores referidos, a fim de determinar de que modo a reflexão de Júlio Ribeiro se insere no debate de autores de referência das ciências da linguagem na época e, assim, favorecer uma melhor compreensão sobre o nível dos estudos linguísticos no fim do século XIX no nosso país. Assim, procuramos mostrar que Júlio Ribeiro realiza o gesto de ser um autor de linguística, que retoma e inova a gramática histórica, e mesmo de historiador das ciências da linguagem, que apresenta interpretações particulares da história do conhecimento sobre a linguagem e as línguas. Por esse gesto de reformular as teorias linguísticas e a sua história, veremos que o autor insere a língua portuguesa e as línguas indígenas brasileiras nas questões gerais do conhecimento científico sobre a linguagem no século XIX.

Vemos já no sumário do livro *Traços Geraes de Linguistica* que Júlio Ribeiro trata questões como a sede da linguagem articulada, o aparelho da fonação, a origem, a evolução e a tipologia das línguas e a história das ciências da linguagem, temáticas privilegiadas da época de ouro da pesquisa linguística da gramática histórica e comparada no século XIX, conforme Colombat, Fournier e Puech (2010). Além de um aviso ao leitor e uma introdução, o livro é composto por 9 capítulos: 1) Sede da linguagem articulada; 2) Aparelho de fonação e sons elementares; 3) Origem e desenvolvimento da linguagem articulada; 4) Evolução linguística; 5) Línguas

monossilábicas; 6) Línguas aglutinantes; 7) Línguas flexionais; 8) Línguas contractas; 9) A ciência da linguagem. É possível, assim, marcar a atualidade das questões tratadas pelo autor brasileiro na sua obra de linguística.

Na introdução, encontramos a definição da linguística como “o ramo da sociologia que tem por fim o estudo dos elementos constitutivos da linguagem articulada, e das formas diversas que podem tomar esses elementos” (p. 13). Essa colocação da linguística como um ramo da sociologia se faz dentro de um esquema de divisão e hierarquização das ciências que, tomado de Augusto Comte, expõe seis ordens de fenômenos (matemáticos, astronômicos, físicos, químicos, vitais, sociais) e suas correspondentes ciências abstratas (matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia). Bastante difundida na época, essa divisão segundo Comte é empregada por autores como Abel Hovelacque ou Émile Littré, a partir dos quais o próprio Júlio Ribeiro vai trabalhar as questões do seu livro de linguística, que começamos a apresentar a partir de agora.

2. Sede da linguagem articulada

No primeiro capítulo, *Sede da linguagem articulada*, Júlio Ribeiro afirma apresentar sobre o tema as “conclusões da sciencia deduzidas dos factos relatados nos boletins das sociedades de anatomia, de cirurgia, de anthropologia do mundo civilizado” (p. 16). Na verdade, a principal fonte de Júlio Ribeiro é o trabalho *Du Siège de la faculté du langage articulé*, publicado em 1865, nos *Bulletins de la Société d'anthropologie de Paris* por Paul Broca. É a esse último justamente que se devem as localizações cerebrais dos centros de linguagem, como marca Aurox (2000a), um nome que está no centro da autoridade que a Société d'Anthropologie de Paris teve no campo antropológico na França na segunda metade do século XIX, orientando a reflexão de questões como a origem e evolução da linguagem em autores como Sigismund Zaborowski e Abel Hovelacque, como explicam Dias e Rupp-Eisenreich (2000).

Retomando o texto de Broca, Júlio Ribeiro vai explicar que o “exercício da linguagem articulada está subordinado á integridade de uma parte mui circumscripτα dos hemispherios cerebraes, e mais especialmente do hemispherio esquerdo”, localização “demonstrada pela autópsia dos afásicos”, na qual se descobre uma lesão (p. 15). O autor questiona “por que motivo o exercicio da faculdade da linguagem articulada depende de modo muito mais particular de uma circumvolução do hemispherio cerebral esquerdo, de preferencia a depender da circumvolução parallela hemispherio direito, si bem que não pareça serem fundamentalmente diferentes as funcções de um e de outro hemispherio” (p. 16). A explicação é o fato de as circumvoluções do hemisfério esquerdo terem se desenvolvido mais precocemente do que as do hemisfério direito.

Júlio Ribeiro destaca que “não é nos musculos, nem nos nervos motores, nem nos orgams cerebraes motores, taes como as camadas opticas ou os corpos estriados, que jaz o phenomeno essencial da linguagem articulada” (p. 18). Esses órgãos, segundo o autor, podem existir “perfeitamente são e bem conformados” em “indivíduos completamente afêmicos” ou em “idiotas que nunca puderam aprender e nem compreender linguagem alguma” (p. 18), com a linguagem aparecendo aí como algo que pode ser aprendido e compreendido. Para Júlio Ribeiro, a “linguagem articulada depende, pois, da parte do encephalo que está disposta para os phenomenos intellectuaes, e da qual, sob certo ponto de vista, os orgams cerebraes motores são apenas ministros”, sendo esse processo tratado como “uma funcção da ordem intellectual, que domina tanto a parte dynamica tão bem como a parte mekhanica da articulação” (p. 18), afirmando-se que “quanto á linguagem, somos *canhotos do cérebro*, fallamos com o hemispherio esquerdo”, sendo isso “um habito que tomamos desde a mais tenra infancia” (p. 19). Nesse sentido, para o autor, a linguagem é finalmente uma “coisa complexa e difficil que a creança tem de

aprender na mais tenra idade ; e ella o consegue apóz longas apalpadellas, apóz um trabalho cerebral da ordem mais complicada” (p. 19).

O trabalho de que fala Júlio Ribeiro é um trabalho “imposto”, não dependente, portanto, da vontade do indivíduo, um trabalho desenvolvido em “uma épokha muito proxima dos periodos embryonarios, quando o desenvolvimento do hemispherio esquerdo está adiantado relativamente ao do hemispherio direito”, de forma que “o hemispherio cerebral mais desenvolvido e mais precoce esteja tambem em estado de dirigir a execução e a coordenação dos actos a um tempo intellectuaes e musculares, que constituem a linguagem articulada”, arrematando que dessa “arte nasce o habito de fallar com o hemispherio esquerdo” e que esse “habito acaba por formar parte tão intima de nossa natureza” (p. 19-20). De acordo com Júlio Ribeiro, “quando ficamos privados das funcções” do hemisfério esquerdo “perdemos a faculdade de nos fazermos comprehender pela palavra” (p. 20), momento em que se põe uma distinção entre “faculdade geral da linguagem”, “que consiste em estabelecer uma relação determinada entre uma ideia e um signal”, e “faculdade especial da linguagem articulada”, “que consiste em estabelecer uma relação entre uma ideia e uma voz articulada” (p. 20). Além disso, Júlio Ribeiro relativiza o papel do hemisfério esquerdo como sede exclusiva da faculdade geral da linguagem e da faculdade especial da linguagem articulada, dando como prova que “o individuo aphemico, em consecuencia de uma lesão profunda e extensa do hemispheiro esquerdo, não fica em geral privado sinão de reproduzir por si proprio os sons articulados da linguagem” (p. 20-21). Como explica Júlio Ribeiro, o tal indivíduo lesionado e afêmico “continúa a comprehender o que se lhe diz, e conhece perfeitamente, por consecuencia, as relações das ideias com as palavras” (p. 21). Em síntese, de acordo com Júlio Ribeiro, “a faculdade de conceber taes relações pertence as dous hemispherios que, em caso de moléstia, podem supprir-se reciprocamente; mas a faculdade de as exprimir por movimentos coordenados, cuja pratica só se

adquire em consequencia do longo habito, parece pertencer a um só hemispherio que é quasi sempre o esquerdo” (p. 21). Para finalizar, Júlio Ribeiro afirma a possibilidade de “haver um certo numero de individuos em quem a preeminencia nativa das circumvoluções do hemispherio direito inverterá a ordem dos phenomenos que ficam indicados”, concluindo que “em taes individuos, como consequencia de um habito contrahido desde a primeira infância, a faculdade de coordenar os movimentos da linguagem tornar-se-á apanagio definitivo do hemispherio direito” (p. 21-22).

3. Aparelho da fonação

Abrindo o segundo capítulo, *Apparelho de phonação e sons elementares*, encontramos a definição de som como “impressão produzida no organ auditivo pelas vibrações isokhronas do ar”, a de voz como “som laryngeo de que se servem os animaes para estabelecer entre si certas relações” e a de voz articulada como “voz humana modificada por movimentos voluntarios do tubo vocal”, bem como a explicação de que o aparelho da voz articulada é o tubo vocal (p. 23). Nessa descrição, os chamados órgãos da fonação são divididos em dois grupos, os móveis (véu do paladar, língua, faces, lábios e arcada dentária inferior) e os imóveis (fossas nasais, abóbada palatina, arcada dentária superior). Em seguida, Júlio Ribeiro resume qual seria o mecanismo da palavra, numa explicação que parece ter sido tomada de Paul Topinard no seu livro *L'Anthropologie* (1876): “o ar expirado pelos pulmões entra em vibração nos estreitamentos do larynge, onde se fórma a voz, e atrevessa a bocca onde se faz a articulação. Os musculos do larynge modificam a primeira; os do véo do paladar, das faces, dos labios, e a lingua se encarregam da segunda” (p. 25), no qual se pode notar dois momentos, a formação da voz e, depois, a articulação.

Todo esse capítulo é, na verdade, a reunião de dois artigos de Júlio Ribeiro no jornal *Diario de Campinas* em 1879-1880, sendo que boa parte desse material vai ser

novamente utilizado na parte da fonética da sua *Grammatica Portugueza* em 1881, quando são indicados como referência bibliográfica sobre o tema os escritos de Bergmann (*Résumé d'Études d'Ontologie Générale et de Linguistique Générale*, 1875), Girault-Duvivier (*Grammaire des Grammaires*, 1873), Barbosa Leão (*Coleção de Estudos e Documentos*, 1878), Burgraff (*Principes de Grammaire Genérelle*, 1863), Max Müller (*Nouvelles Leçons sur la Science da Langage*, 1867) e Nordheimer (*A Critical Grammar of the Hebrew Language*, 1838).

Na sequência, Júlio Ribeiro distingue três categorias de vozes articuladas, segundo as modificações do aparelho vocal na prolação dos sons laringeos: as vozes livres, “todos os sons laryngeos que têm passagem livre pelo tubo vocal”, as vozes constrictas, “todos os sons laryngeos modificados por estreitamento parcial do tubo vocal”, e as vozes explosivas, “todos os sons laryngeos modificados por occlusão subita e completa do tubo vocal em qualquer de seus pontos” (p. 25). Na emissão das vozes livres, existe ainda uma distinção entre compostas ou nasais e primitivas. Júlio Ribeiro denuncia a “velha distribuição dos elementos phonicos em sons simples e em articulações, em vozes e em consonancias”, que proveria da “observação imperfeita dos phenomenos de vocalisação” (p. 25). Para o autor, “à luz de analyse rigorosa tanto vozes como consonancias, são sons laryngeos, são vozes propriamente ditas que se modificam ao atravessarem a parte superior do tubo vocal” (p. 25-26), apontando então um “erro dos physiologistas”, que consistiria na “apreciação falsa dos ruídos da bocca ou de qualquer outra parte do aparelho de phonação”, afirmando, por fim, que “todo o som laryngeo é voz a que dá modo de ser, a que imprime fórma o jogo continuo ou momentaneo dos organs moveis da bocca” (p. 26). Na sua apreciação, os “grammaticos hindus conheceram e discriminaram bem estes factos” (p. 26). Logo em seguida, ele lastima “que se vão perpetuando classificações absurdas” e que, pior, “sob a denominação de vogaes e consoantes, confundam-se kharacteres representantes e sons representados (p. 26).

Ao final, de forma resumida, o autor apresenta os critérios de distinção das três vozes, apontando que, para as vozes primárias, é preciso determinar “a forma do tubo vocal”; para as vozes constrictas, “o ponto de estreitamento do mesmo tubo”; e para as vozes explosivas, “os orgams que operam a oclusão delle” (p. 29).

4. Origem e desenvolvimento da linguagem articulada

No terceiro capítulo, *Origem e desenvolvimento da linguagem articulada*, Júlio Ribeiro vai tratar de umas das questões mais controversas na história das ciências da linguagem, a origem das línguas, fazendo número assim ao conjunto de estudos nessa área que se desenvolveram de maneira vertiginosa no século XIX, apesar da interdição feita ao tema pela *Société de Linguistique de Paris* quando da sua fundação em 1866, e que foram conduzidos, como nos lembra Auroux (2008), pelos grandes nomes da linguística na época, como August Schleicher, Max Müller, Abel Hovelacque e André Lefèvre.

É da obra *Études de linguistique et de philologie*, lançada em 1877 por André Lefèvre, que Júlio Ribeiro parece ter tirado o material para escrever seu capítulo sobre a origem das línguas. Dessa forma, segundo a descrição que ele desenvolve a partir de Lefèvre, o “cyclo da linguagem articulada conta, pois, sete grandes períodos, tres *prehistoricos* e quatro *históricos*: períodos prehistoricos— 1) o *interjectivo*; 2) o *demonstrativo*; 3) o *attributivo*; periodos historicos—1) o *monosyllabico* 2) o *agglutinativo*; 3) o *amalgamante*; 4) o *contractivo*” (p. 30), sendo que, em cada período, a linguagem se mostraria mais desenvolvida do que no período anterior.

Não seria possível senão lançar algumas hipóteses sobre o desenvolvimento da linguagem articulada, pois, como afirma o autor, “estes periodos são mais de ordem racional do que de ordem khronologica” e “os prehistoricos são hypotheticos” (p. 30). A questão que se desenvolve a partir dessa divisão, e que não encontrará uma resposta, é justamente saber o que permitiu à linguagem passar de um período ao

outro. Júlio Ribeiro, tratando a questão da origem das línguas a partir de Lefèvre e colocando-se assim numa filiação francesa que, conforme Klippi (2010), liga intrinsecamente linguística e antropologia, por falar justamente dessa posição, vai ligar o desenvolvimento das línguas ao próprio desenvolvimento da espécie humana, e de uma maneira que se apresenta como científica, ao desenvolvimento e consequente hierarquização das raças.

O primeiro período de desenvolvimento da linguagem articulada, o interjetivo, tal como descrito por Júlio Ribeiro, tem como protagonista um “anthropoide”, significado como “avô da humanidade”, dotado de um cérebro que “habilitava-o a incumbir o seu bom conformado aparelho phonico de traduzir gritos varios as suas diferentes impressões” (p. 32-33). Através do “exercicio diuturno da voz”, nesse processo, “reforçou-se e aperfeiçoou-se o aparelho phonico, e a faculdade adquirida foi-se transmitida de geração em geração pela hereditariedade, polindo-se cada vez mais”, de forma que “com o correr do tempo as concepções homologaram-se com os seus instrumentos, as idéias hyposthatisaram-se com as palavras, e o pensamento e a linguagem articulada começaram a marchar par a par, auxiliando-se mutuamente, sem mais se poderem separar” (p. 33). A narrativa do antropóide que, “topando com urna pedra, magoando-se, deu um grito, voz simples ou reforçada por uma aspiração como as nossas interjeições *ah ! ih ! oh !*” ou que “ao deparar-se-lhe uma arvore carregada de fructos já conhecidos, a alegria irrompeu-lhe do larynge em fórmula de exclamação de jubilo” (p. 33-34) é encaixada na ordem do processo de associação no cérebro entre as impressões morais e físicas e as manifestações fônicas: “Depois, ao entristecer-se ou alegrar-se elle sem causa physica visivel, pela reacção interna do systema nervoso sobre o cerebro, moralmente emfim, as mesmas manifestações phonicas reproduziram-se, fundadas na analogia das impressões moraes com as physicas” (p. 34).

Na continuidade, desenvolve-se o período demonstrativo da linguagem articulada, no qual a linguagem emerge como um meio acentuado de comunicação social, pois “o anthropoide já homem”, “levado pelo viver social a ser util aos seus congeneres, indicou-lhes por gestos acompanhados de gritos, definitivamente articulados e significativos, o que a experiencia lhe ensinára *ser util ou damnoso*”, de maneira que “isto, isso, aquillo, aqui, alli, lá, disse elle em seu tosco mas já accentuado meio de comunicação” (p. 34). O homem é caracterizado de forma explícita pelo fato de ter uma linguagem na afirmação de que o antropoide “homem foi desde que guardou na memoria a relação que estabelecêra entre a ideia adquirida e o som com que a exprimira” (p. 34). Em seguida, no terceiro período de desenvolvimento da linguagem articulada, o atributivo, para além de apontar o lugar das coisas no mundo, “o cerebro humano robustecido pelo exercido do pensamento começou a fazer abstracções” (p. 35).

No primeiro período histórico de desenvolvimento da linguagem articulada, o monossilábico, as “palavras interjectivas, demonstrativas e attributivas substantivaram-se, converteram-se em verbos, prestaram-se a exprimir todas principaes gradações do pensamento” (p. 35). De acordo com Júlio Ribeiro, sete idiomas vivos ainda guardam as características do período monossilábico, são eles o chinês, anamita, siamês, birman, tibetano, pegu e kássia. Nessas línguas, “não apparece ainda traço de flexão; nada de indicação de genero, de numero, de pessoa; nada de determinação de tempo ou pessoa; nada de elementos de relação; nada de preposições; nada de conjuncções”, de forma que “cada palavra-raiz, ou antes cada raiz-palavra designa uma ideia cujo valor, cujo sentido preciso é determinado pela sua posição na phrase” (p. 35-36).

No período posterior, o aglutinativo, desenvolveu-se “um modo de expressão mais synthetico, mais racional, mais commodo”, no qual “a um radical sempre

invariavel que exprimia a ideia principal juntaram-se, para modificá-la, affixos apenas alterados, cuja significação propria só relativamente se conservou” (p. 36).

O período amalgamante da linguagem articulada é representado pelo surgimento do grupo das línguas arianas ou indo-europeias e das línguas semíticas, sendo caracterizado por “uma fusão intima de radicaes attributivos com raizes demonstrativas atrophiadas em desinencias” (p. 37).

No período contrativo da linguagem articulada, as “syllabas breves que precediam ou se guiam o accento tonico nas palavras flexionaes atrophiaram-se ou desapareceram; as desinencias causaes obscureceram-se, tornaram-se indistinctas, e as gradações do pensamento que ellas exprimiam foram traduzidas por preposições” (p. 37). Esse período representaria, nas palavras de Júlio Ribeiro, “o periodo actual do mundo civilizado” (p. 38), teria durado mais de dois mil anos e criado as modificações que deram nascimento às línguas românicas a partir do latim, ao romaico a partir do grego, além da profunda transformação dos idiomas germânicos.

A periodização do desenvolvimento da linguagem apresentada por Júlio Ribeiro está diretamente alinhada ao desenvolvimento da própria humanidade, do antropóide até o homem moderno. No estudo que ele fará das famílias de línguas, essa periodização estabelece igualmente uma hierarquia das línguas em função do seu grau de desenvolvimento, de forma que, o chinês, por exemplo, é mostrado como uma língua que guardaria as características do período monossilábico, quando a língua já se mostra “relativamente perfeita”, mas menos desenvolvida que as línguas romanas, que teriam surgido durante o período contrativo, o “período atual do mundo civilizado”.

Tirando a questão da origem das línguas do campo teológico e levando-a para o que seria o domínio da Antropologia, uma das modificações que o processo massivo de gramatização das línguas do mundo a partir do Renascimento imprimiu na história das ciências da linguagem, como afirma Auroux (1992), Júlio Ribeiro

desenha um processo de desenvolvimento da linguagem que, mesmo fantasioso, tem o mérito de reconhecer a linguagem articulada como a qualidade fundamental e definidora da humanidade. Júlio Ribeiro se junta assim ao grande número de autores que, incitados pela divulgação das teorias evolucionistas e pelos desenvolvimentos da gramática comparada, passam, segundo expressão de Renan (1858, p. 4-5), outro nome de referência no estudo da origem da linguagem, “a estabelecer a possibilidade de resolver tal problema de maneira científica” (*établir la possibilité de résoudre un tel problème d’une manière scientifique*), segundo uma orientação naturalista.

5. Evolução linguística

No quarto capítulo, *Evolução linguística*, Júlio Ribeiro apresenta um “quadro da theoria darwinica da evolução” em forma de tópicos: Leis em que se funda a teoria; Fundamento da teoria; A teoria. Ainda que não seja referenciado, esse esquema é tomado da obra *Le Darwinisme*, publicada por Émile Ferrière em 1872. Na verdade, o grosso desse quarto capítulo de Júlio Ribeiro é formado a partir da tradução da segunda parte do livro de Ferrière.

Após afirmar, numa referência ao geólogo Charles Lyell, certamente o texto *The geological evidences of the antiquity man*, de 1868, que “como as especies organicas que povoam o mundo, as linguas, verdadeiros organismos sociologicos, estão sujeitas á grande lei da luta pela vida, á lei da selecção” e que “a evolução linguistica effectua-se em prazo muito menor do que o da evolução das especies”, Júlio Ribeiro (p. 42) mostra seu assombro pela “incrivil multiplicidade de idiomas em certas regiões”, citando a Índia Inglesa como exemplo do “serio estorvo á civilização” que essa multiplicidade pode causar. Segundo sua explicação, a “multidão de línguas” tem por origem três fatores: o fracionamento das povoações, o isolamento das povoações e, destaque maior, “a falta absoluta de centralização”. Por outro lado, sendo a Europa dada como exemplo, “a uniformidade de instrução imposta às

nações” aparece como o principal e mais forte instrumento para o desaparecimento dos “dialetos provinciais”, para a redução da diversidade linguística. Cabe notar que, nesse processo, o que desaparece são os “dialetos provinciais”, face indesejada da desuniformidade, e quem permanece vivo no fim é “a língua”, que se conjuga com a uniformidade.

É possível apontar, mais do que a associação entre uma língua e a história de um povo, a associação pontual entre o ritmo de variação de uma língua e a história de um povo: “As variações por que passa uma língua, mórmente no começo da historia de um povo, são tantas e tão profundas que surge quasi a tentação negar-se a identidade do antigo e do novo modo de dizer.” (p. 42-43).

O juramento de Luiz o Germânico, os versos de Egaz Moniz e de Guerreira Junqueiro são evocados como testemunhos da distância entre os modos de dizer nos pontos extremos da história do povo e da língua, o antigo e o novo, mas também como provas da ligação entre esses dois pontos, afinal, a partir desses exemplos, afirma-se o seguinte: “E todavia não ha negá-lo: o francez e o portuguez de hoje descendem por varonia desses idiomas perdidos.” (p. 43). É importante marcar que, num trabalho autoral de acréscimos, supressões, modificações e substituições de trechos, termos e exemplos, é Júlio Ribeiro quem faz e traz referências da língua portuguesa, como a menção a Guerreira Junqueiro ou, em outros momentos, a Camões e Gil Vicente, quando originalmente Ferrière faz e traz referências do francês, do italiano e do espanhol, sem mobilizar qualquer elemento da língua portuguesa.

Defende-se que a história das “espécies atuais”, as línguas, é contada a partir das “literaturas reinantes”, num movimento que não apenas liga intimamente as línguas à literatura, tomando metonimicamente as línguas pelas literaturas, mas que também atribui às línguas o funcionamento próprio dos seres vivos, afirmando-se, por exemplo, que as “especies têm suas variedades; as linguas têm seus dialectos” (p. 43).

Nesse gesto de simetria, concebe-se que, “assim como a variedades são as vergontaes de um tronco commum, modificadas por causas externas ou physiologicas; assim os dialectos, nascidos de uma lingua mãe, devem suas dissimilhanças tanto ao clima, como aos costumes dos homens que os fallam” (p. 43).

Um aspecto importante a ser retido da teorização sobre a evolução linguística é o fato de a língua não ser afetada senão por intermédio do povo. Efetivamente, à certa altura, escreve-se que a “sorte das línguas está ligada á sorte dos povos” (p. 46). Essa vida humana que afeta e transforma as línguas não é somente da ordem natural, mas da ordem do social, do político, do econômico, em uma palavra, da sociedade. Assim, o primeiro elemento a ser citado são as “relações commerciais, industriaes, politicas e litterarias”, seguidas pelo “progresso que fazem as artes, a industria e as ciencias”, raciocínio que atinge seu ápice na afirmação de que as “mais poderosas causas de selecção são de ordem politica ou litteraria”, elementos descritos como “causa permanente de variação e selecção” (p. 44-45). Essa explicação que toma como causas da mudança linguística elementos como as relações comerciais, industriais, políticas e literárias dos povos não parece seguir inteiramente o programa do comparatismo clássico, sobretudo o modelo das leis fonéticas. Como explica Aurox (2000a), as duas primeiras gerações de comparatistas apelavam a uma *explicação histórica* para representar a natureza e o desenvolvimento das entidades linguísticas a partir de metáforas organicistas que tomavam a língua como um organismo vivo que nascia e crescia segundo *leis fixas*. Em outras palavras, a natureza e o desenvolvimento das línguas era o resultado de *leis históricas*. A partir dos anos de 1870, ainda segundo Aurox (2000a), os comparatistas passam a falar de leis a partir do modelo da física para tratar da natureza e do desenvolvimento das línguas, formulando, assim, a teoria das *leis fonéticas*, num movimento que procura colocar a linguística entre as ciências naturais. Chamados de neogramáticos, os comparatistas que trabalhavam sobretudo com as leis fonéticas, como explica Oesterreicher (2000),

exageravam a importância do fator fonético em detrimento dos elementos semânticos, psicológicos e socioculturais. Como define Engler (2000), o teorema neogramático das leis fonéticas considera que os sons de uma língua em um dado endereço e em um certo período mudam regularmente e sem exceção. Para os neogramáticos, como diz Aurox (2000b), uma língua dada é uma espécie quase natural que evolui automaticamente sob a ação de leis fonéticas necessárias. Afetando uma questão central do comparatismo, sobretudo o modelo dos neogramáticos, a formulação de Júlio Ribeiro para a mudança linguística traz outros princípios explicativos que não as leis fonéticas, colocando em primeiro plano elementos de ordem social, econômica, política e cultural.

No que diz respeito aos progressos trazidos pelas artes, a indústria e as ciências e sua relação com a variação e seleção das línguas, ensina-se que a invenção da imprensa, o emprego do vapor, o uso das estradas de ferro e a aplicação industrial das descobertas feitas pela física e pela química tem “enriquecido a linguagem com grande numero de palavras e de metaphoras”, introduzindo “expressões novas” nas “línguas hodiernas”, um processo avaliado positivamente, como enriquecimento, chamando-se a atenção para “a influencia que, como força selectiva, têm os neologismos sobre as locuções antigas” (p. 44), que “tornaram-se obsoletas por não corresponderem mais ás exigencias da vida contemporânea” (p. 44-45). Essa operação, no entanto, “não é sem luta”, não se daria de forma instantânea, mas seguindo um percurso bastante longo. Nesse ponto, fala-se que a extinção das locuções antigas é um acontecimento não percebido “porque insensivelmente ficou a gente habituada a prescindir dellas” (p. 45).

As modificações do anglo-saxão a partir da introdução do francês na Grã-Bretanha, a consagração do Toscano sobre os outros dialetos italianos devido à *Divina Comédia* de Dante e a fixação do português no século XVI pela obra *Os Lusíadas* são exemplos dados do poderio da política e da literatura para a seleção das

línguas. Assim, sustenta-se que a conquista de um país “tem como resultado certo a alteração mais ou menos profunda da lingua dos vencidos” e que o “genio litterario occupa logar distincto como causa de selecção” (p. 45).

Um problema trazido é a dificuldade de estabelecimento da genealogia das línguas “quanto mais se remonta no curso dos seculos”, no qual se acrescenta que “povos têm desaparecido sem deixar na historia o minimo vestigio da sua passagem” (p. 46), numa posição que toma as línguas como sinais dos povos na história. No trabalho de arqueologia linguística (fala-se em “conservação de fosseis linguísticos”), a imprensa e a “diffusão das luzes” aparecem como recursos para o recolhimento e a conservação das línguas: “Sabe-se por exemplo que a litteratura grega e a latina, tão proximas da nossa, teriam-se perdido irremissivelmente, a não serem os frades beneditinos” (p. 46). É nesse instante que se defende que a “probabilidade” de “duração” de uma língua é “proporcional ao numero dos homens que as fallam” (p. 46). Na sequência, estabelece-se que o “affastamento do tempo” e também a “carencia absoluta de documentos” têm impedido de conhecer “as circumstancias que têm dado em resultado a decadencia ou a queda de um povo”, resultando nas “grandes lacunas na filiação das línguas” (p. 46).

Sempre na mesma linha de comparação com as espécies, explica-se que “nenhuma lingua morta poderá reviver”, sendo a razão disso a “mudança de costumes”, “os progressos das sciencias e das artes”, “as necessidades novas”, que “cavam entre o passado e o presente um abysmo insondavel” (p. 47). O passado não se liga ao presente senão através dos fosseis, portanto sempre de forma fragmentada. Tais fatores estão em paralelo com “a marcha do tempo e as variações acumuladas” nas espécies (p. 47). Nos dois casos, o que está em jogo são as condições de vida, ou mais precisamente, as alterações nas condições de vida, condições essas submetidas todo tempo às regras da seleção, as quais não escaparam as línguas mortas nem as línguas vivas.

Outra face da submissão das línguas à seleção são as perdas irreparáveis: “Pela força de variações continuas e de uma selecção sempre activa não ha uma unica lingua viva que não tenha soffrido perdas irreparaveis” (p. 47). A descrição é negativa, fatalista. A tribulação se apresentaria na quase inteligibilidade “para o vulgo”, “hoje”, de autores como Fernão Lopes e Azurára, Gil Vicente e do próprio Camões, que “dentro de dous ou tres seculos talvez tenha de ser traduzido em portuguez” (p. 47-48), num testemunho das mudanças por que passava o português já no fim do século XIX e em mais um registro de uma posição autoral de Júlio Ribeiro em colocar a língua portuguesa como elemento de demonstração da teoria linguística. A literatura parece ser o único lado que merece ser lamentado do passado das línguas, devendo ser todo o resto deixado para trás, pois o passado é cheio de “prejuizos antigos”, “fé ingenua e cega”, “costumes brutais”, “ignorancia” e “barbaria primitiva”, nada disso condizente com as “condições da vida presente” (p. 48).

Um último item apontado como causa de seleção e progresso das línguas é a divisão do trabalho: “Ora a regra de todo o progresso está na divisão do trabalho physiologico. Um animal está tanto mais elevado na escala dos seres, quanto cada uma de suas funcções se executa por organ proprio e distincto. Dá-se o mesmo com as linguas.” (p. 48). A explicação que se dá em seguida a esse trecho é de que as línguas “tambem fazem o progresso com o tempo, e continuam fatalmente a sua marcha neste sentido” (p. 48). Isso abriria todo um campo de pesquisa: “seguir as restricções que cada seculo impoe á excessiva compreensão das palavras” (p. 49). No processo de “divisão do trabalho intellectual operada paulatinamente na linguagem”, existiria uma mútua afetação entre as línguas e a mente do homem: “As linguas por seu turno exercem sobre a mente do homem influencia salutar: ellas ajudam-na a operar sobre as idéias um trabalho analogo de divisão, e merecem assim que se lhes dê o nome de methodos analyticos” (p. 49).

O restante do capítulo é consagrado à classificação nas línguas, quando vamos encontrar referências mais diretas ao português, principalmente na questão de sua filiação ao latim, numa mostra recorrente da ressignificação do texto de Ferrière por Júlio Ribeiro. Esse debate se inicia por uma precisão de método de trabalho, qual seja, a classificação genealógica das línguas. Um por um, são explicados os elementos que atestariam, que revelariam, a “comunidade de origem” das línguas, mostrando-se, sempre em comparação, que a classificação genealógica das línguas e das espécies ocorre da mesma maneira. Na verdade, o texto se estrutura apontando, em primeiro lugar, os critérios de classificação genealógica nas espécies para, no momento seguinte, mostrar que tais critérios se aplicam de forma análoga na classificação das línguas. São quatro os critérios da classificação genealógica nas línguas: 1) constância de estrutura; 2) letras rudimentares ou atrofiadas e estrutura embrionária; 3) uniformidade de um conjunto de caracteres; 4) cadeia de afinidades nas línguas vivas ou extintas. Esses itens são reunidos de forma esquemática em uma tabela no final do capítulo, logo após uma outra tabela que mostra uma comparação da seleção nas línguas e nas espécies. Muitas vezes substitui-se apenas o termo “espécie” pelo termo “língua”, mantendo-se exatamente a mesma frase, com as mesmas predicções, para as línguas e as espécies, ou, quando muito, a mudança de uma ou outra palavra. Um outro quadro é ainda mostrado nesse capítulo quando se discute o primeiro critério para a classificação genealógica nas espécies e nas línguas, isto é, a constância de estrutura. O objetivo desse quadro seria o de tornar “evidente, pela constancia de estructura, a comunidade de origem que têm as linguas italiana, hespanhola, franceza, portugueza e valaca” (p. 51). Tanto as tabelas quanto o quadro são tomados do livro de Émile Ferrière, que, por sua vez, indica retomar o último quadro da *Grammaire Comparée*, de Egger.

Os “radicais” e as “flexões” das línguas são postas em paralelo com os “órgãos” das espécies, sendo mesmo chamados de “organs lexicologicos”. A

estrutura das entidades línguas e espécies se organiza da mesma maneira, com elementos, órgãos, de diferentes graus. É por sua “constancia de estructura” que o português é integrado à “comunidade de origem” de outras línguas. Nesse momento, chama-se a atenção para o fato de que “si se organisasse um quadro comparativo geral das palavras que compõem estas diversas línguas, á primeira vista e com toda a facilidade reconhecer-se-iam as que, por variação e selecção, mais se têm affastado da lingua-mãe” (p. 51). Também as “letras” são postas em paralelo com os órgãos das espécies, ponto em que entra em cena a ortografia, quando se explica que a “estrutura embryonaria” nas línguas, correspondente à “estructura do embrião” nas espécies, diz respeito a “fórma que tinham as palavras e a orthographia de uma lingua antes de ter adquirido virilidade estavel pelo desabrochar das obras primas de sua litteratura” (p. 51). Cabe notar o que seria o traçado de dois momentos na história das línguas: um momento de instabilidade, das palavras e da ortografia, e um momento de estabilidade, sendo que a passagem de um para o outro se daria pelo cânone literário. Em outras palavras, é a literatura quem dá estabilidade às línguas. É nessa altura que Júlio Ribeiro afirma que “o portuguez moderno tem conservado muitissimos vestigios de sua origem latina” (p. 53), um “parentesco” que se mostraria mais evidentemente na “phase embryonaria” da língua. Como ilustração dessa fase embrionária do português é transcrito um pequeno fragmento de Santa Cruz de Villariça de 1225. Em uma ponta, no século XIX, temos o português moderno; na outra ponta, no século XIII, o português embrionário. É a partir desse fragmento que se reafirma que “as linguas modernas, bem como as especies zoologicas tem sua origem revelada por orgams rudimentarios e atrophiados, e possuem fosseis de maior ou menor vetustez” (p. 53-54).

O exemplo dado por Júlio Ribeiro para ilustrar em que sentido a uniformidade de um conjunto de caracteres é critério de classificação genealógica das línguas é a dos traços característicos do português e de outras línguas “filhas do latim”, de

forma a explicar que as línguas “oriundas do mesmo tronco” apresentam um conjunto comum de características: “1) persistência do acento tônico original; 2) o som nasal nas sílabas *an, en, in, on, un*; 3) o som particularíssimo dos ditongos *ão, ãos, ões, ães*; 4) a sonoridade musical, realçada pelos *ss*, das desinênicas” (p. 54). A partir dessa listagem, Júlio Ribeiro defende que o “Portuguez apresenta exemplos notaveis da cadeia de afinidades que liga á expressão latina a expressão moderna” (p. 54), acrescentando que, para o português, os “seculos medievaes” funcionam como as “camadas geologicas” para as espécies, isto é, “são os depositarios dos typos intermediarios que prendem ao antecessor a sua mais nova vergontea” (p. 54-55). Nessa reflexão sobre as afinidades das línguas, a construção de uma árvore do sânscrito aparece como uma tarefa de enorme valor por “dar uma imagem brilhante da descendencia das especies e de suas evoluções” (p. 55).

6. Famílias de línguas

Nos quatro capítulos seguintes, 5) *Linguas monossyllabicas*, 6) *Linguas agglutinantes*, 7) *Linguas flexionaes*, 8) *Linguas contractas*, Júlio Ribeiro descreve cada uma dessas quatro “famílias de línguas”, enumerando, segundo sua terminologia, as diversas *classes, grupos, subgrupos, ramos, ramúsculos* e *dialetos* em que se organizam as línguas segundo as suas diferentes formas. Para cada grupo de línguas, cada qual correspondendo a um “periodo linguistico” particular, além da enumeração das línguas compreendidas, aponta-se também, com menor ou maior grau de detalhes, uma série de características, um nível correspondente das ideias, uma fórmula, os povos e as regiões que as falam. Nessa empreitada, Júlio Ribeiro faz referência a Philipp von Martius, Max Müller e Abel Hovelacque, trabalhando a questão principalmente a partir desse último, recortando e traduzindo trechos do seu livro *La Linguistique* (1877), mas sem que a fonte seja indicada, e também a partir de André Lefèvre, trazendo a língua portuguesa e as línguas indígenas brasileiras para esse estudo.

Numa escala, a família das línguas monossilábicas é posicionada como “a mais simples”, “a forma elementar”, como um “primeiro estado”, como uma “primeira camada linguística”, ou ainda como um “primeiro pouso histórico”. Nesse estágio, “as palavras são meras raízes”, isto é, “a forma da palavra é única : é a raiz em sua crueza, é a raiz invariável” (p. 63). São estas as características apresentadas para a família das línguas monossilábicas: “Nenhuma indicação de pessoa, de género ou de número ; nenhuma indicação de tempo ou de modo; nada de elementos de relação, nada de conjunções, nada de preposições. Apenas uma idéia muito vasta, sinão muito vaga, que nem sequer traduz a forma, já de si tão pouco determinada, do nosso infinitivo” (p. 63). Por essas características, essa família de línguas é representada pela fórmula raiz+raiz+raiz, sendo que tais “raízes sucessivas” são “sempre invariáveis”.

Como um estado de língua é associado a um estado de ideias, por assim dizer, a família das línguas monossilábicas é expressa como aquela na qual “só idéias essencialmente geraes” são despertadas pelas raízes, como aquela “formada de elementos cujo sentido é eminentemente geral” (p. 63). A partir de exemplos da língua chinesa, expõe-se como nas línguas monossilábicas a “posição do vocabulo na phrase serve tambem muitissimo para exprimir diversidade de relações (p. 64-65), argumentando-se que “toda a grammatica das linguas monosyllabicas consiste em syntaxe”, e também como os “*tons* são de utilidade capital quando se trata de distinguir as significações, por vezes diversissimas, de syllabas formadas com os mesmos elementos”, ressaltando-se, assim, o “papel que nas que nas linguas monosyllabicas representam as inflexões da voz” (p. 65).

As línguas monossilábicas seriam “representadas por sete idiomas vivos : o Chinez (dividido em tres grandes dialectos), o Annamita, o Siamez, o Birman, o Thibetano, o Pegu e o Kassia” (p. 66). Enquanto Júlio Ribeiro põe esses sete idiomas no mesmo patamar, listando-os um ao lado do outro, Hovelacque (1872, p. 43) vai

tratar os quatro primeiros como “línguas monossilábicas principais” (*les langues monosyllabiques principales*), tratando o Pegu e o Kássia à parte e argumentando que “sua pouca importância nos autoriza a passar em silêncio sobre eles” (*Leur peu d'importance nous autorise à les passer sous silence*). No mais, Hovelacque vai tratar detidamente de cada uma daquelas línguas monossilábicas principais em cerca de treze páginas que não serão aproveitadas por Júlio Ribeiro, que se limita a localizar as regiões do globo e os povos onde e pelos quais eram seriam faladas: “Os domínios destas línguas não transpõem o oriente da Ásia : são falladas todas por povos da raça amarella. Todavia entre ellas não ha identidade de raízes” (p. 66).

No caso das línguas aglutinantes, correspondentes já a um “segundo período histórico”, “muitos elementos se juxtapõem realmente, se agglomeram, se agglutinam daí o nome de línguas aglutinantes ou aglomerantes” (p. 67). Sendo assim, na questão do sentido, os “elementos que entram na confecção da palavra não possuem mais todos seu valor próprio, seu valor primo”, de forma que um desses elementos, apenas um, “fica com a idéia principal, com a significação, com o sentido” ao passo que os outros perderiam “o seu valor independente”, ainda que possam conservar “um alcance pessoal, individual, mas inteiramente relativo” (p. 67). Dessa maneira, completa o autor, o “elemento, cuja significação tiver persistido, verá gruparem-se-lhe em torno outros elementos que, tendo perdido o seu valor primitivo, só servirão para determinhar-lhe o modo de ser, o modo de acção” (p. 67).

O autor apresenta três fórmulas possíveis para representar as línguas aglutinantes, $-rR-$, $-Rr-$ e $-rRr-$, com $-R-$ representando “o elemento persistente” e a série $-rr-$ “os elementos relativos”: “— rR —a raiz significativa precedida de um elemento de relação ; — Rr —a mesma raiz seguida de um elemento de relação : — rRr —a mesma raiz entre dons elementos relativos, e assim por diante” (p. 68). Nesse momento, o exemplo dado para “melhor compreender a Theoria” é o da palavra *raçó* em Tupi: “— $raçó$ —em Tupy dá a idéia de «levar» ; — $araçó$ —«levo», — $reraçó$ —

«levas»,— oraçõ—«leva» são productos da formula —rR; oracóan—«levou» são productos da formula —rRr—. E assim sempre” (p. 68). Nessa explicação, o exemplo dado originalmente por Hovelacque era o da palavra *kérték* na língua húngara.

As línguas aglutinantes são, nas palavras do autor, “mais numerosas actualmente do que quaesquer outras, são falladas nas cinco partes do mundo” (p. 69), sendo divididas em doze grandes classes: dradivianas, mongolicas, tartaras ou turcas, samoyedas, finnezas, boreaes, do caucaso, africanas, oceanicas, americanas, escutar (ou euscara, uscara, vasconço), japonez e coreano. Algumas dessas doze grandes classes serão ainda subdivididas em outras *classes, ramos, ramúsculos, grupos* e *dialeto*s, segundo a terminologia empregada no texto. Algumas vezes, o número de subdivisões chega a dezenas. É o caso das línguas americanas, que contariam com vinte e seis grupos de idiomas distintos, subdivididos, por sua vez, “em uma infinidade de ramúsculos pouco conhecidos” (p. 75). Esse painel gigantesco de línguas apresentado dá uma ideia do grau de conhecimento e de descrição das línguas faladas no mundo no século XIX.

É no grupo das línguas americanas que vamos encontrar as línguas faladas no Brasil, quando traz o que chama de “subdivisão ethnographica de Martius” para as “línguas do grupo tupy-guarany”, narrando que esse “grande investigador faz dos povos da America Meridional um immenso grupo, a que dá o nome de brasilio-guarany”, e o subdivide em *Tupys* ou *Guaranys*, *Ges* ou *Cran*, *Goytacaze*, *Crens* ou *Guerens*, *Parixis* ou *Poragis*, *Guaikurús* ou *Lengoas*, *Guks* ou *Cocos*, *Aruaks*, *Carahybas* (p. 75-77). Para cada grupo, indica as relativas subdivisões e as regiões por onde se espalham. Essa referência à classificação de Carl Friedrich Philipp von Martius não é feita através de Hovelacque, que não menciona o trabalho desse pesquisador alemão que fez expedições no Brasil no início do século XIX. É, portanto, uma iniciativa do próprio Júlio Ribeiro dar destaque ao grupo das línguas tupi-guaranis, num gesto de autoria de sua parte de completar, por assim dizer, o quadro das línguas americanas

desenhado por Hovelacque com a classificação detalhada que Carl Friedrich Philipp von Martius faz das línguas tupi-guaranis na América. Por esse gesto de autoria, as línguas indígenas brasileiras são inseridas nas questões gerais do conhecimento científico sobre a linguagem no século XIX.

Seguindo diferentes níveis de detalhamento, serão apontados os povos, as nações, as regiões e mesmo a quantidade de falantes para as línguas ou grupo de línguas aglutinantes. Em algumas ocasiões, é possível ver inclusive considerações sobre o grau de facilidade ou dificuldade de uma língua. Dessa forma, por exemplo, é dito que a língua escuara “é fallada em uma área de cerca de 190 kilometros de largura e de 50 a 80 de altura” e que ela é uma “lingua curiosa e difficil, cuja existencia na Europa tem dado campo ás divagações do ethnographos e linguistas” (p. 77). Em outros casos, encontramos também considerações sobre a literatura produzida numa língua, situação do madgyar, a “lingua nacional Hungaros”, da qual se fala que “poliu-se na Europa e illustrou-se, produzindo uma litteratura notável, cujo primeiro monumento data do seculo XII” (p. 72).

As línguas flexionais, correspondentes ao “periodo amalgamente”, vão ser definidas como aquelas “em que se podem exprimir as relações que as palavras mantêm entre si, não sómente por meio de affixos, mas tambem por uma variação da propria fórmula da raiz” (p. 80). Elas seriam assim caracterizadas pelo fato de a raiz poder “exprimir por meio de uma modificação de sua forma propria as relações que tem com outra raiz qualquer” (p. 80). Diante disso, a flexão é conceituada como “a possibilidade que tem uma raiz de exprimir, modificando-se assim, uma certa modificação de sentido” (p. 80). O texto ressalta que nem sempre as palavras das línguas flexionais têm a raiz “necessariamente modificada”, sendo que “por vezes ella conserva-se intacta como no periodo aglutinativo: mas «póde ser modificada»” (p. 80).

As fórmulas usadas para representar as línguas flexionais são $-R^e-$, e $-rR^e-$ e $-rR^er-$, com o índice $-e-$ representando as modificações da forma da raiz: “Si representarmos por um expoente $-e-$ Esta faculdade da raiz, a formula do periodo agglunitativo $-Rr-$ converter-se-á no periodo amalgamante em $-Rer-$; $-rR-$ ficará sendo $-rR^e-$; $-rRr-$ será $-rR^er-$, e assim por diante” (p. 81-82). Chama-se a atenção para o fato de não apenas a “raiz capital”, mas também o sufixo, “a raiz que forma o elemento da relação”, pode ser modificado.

As línguas flexionais seriam divididas em três grupos, o khamitico, o semitico, e o indo-europeu, cada um também decomposto em outros diversos subgrupos e ramos. Assim, as línguas khamíticas contariam com os subgrupos Egypcio, Lybico e o Ethiope, ao passo que as línguas semíticas contariam com os subgrupos Aramaico, Hebraico e o Arabico. Na divisão das línguas semíticas, Hovelacque fala na verdade em grupo cananeu e não em hebraico, como Júlio Ribeiro, colocando o hebraico e o fenício como línguas constituintes desse grupo chamado cananeu. Da mesma forma, enquanto Júlio Ribeiro fala apenas de grupo aramaico, Hovelacque vai classificar esse grupo como aramaico-assírio. As línguas indo-europeias, por sua vez, compreenderiam nove subgrupos, o Indiano, o Iraniano, o Celtico, o Hellenico, o Itálico, o Germanico, o Slavo, o Lithuanico e o das “línguas ainda não classificadas”. Hovelacque, no entanto, considera apenas oito grupos para as línguas indo-europeias, não contando justamente as línguas ainda não classificadas. É interessante notar essa flutuação na classificação de uma língua segundo os dois autores, no que pode ser apontado como mais um gesto de autoria de Júlio Ribeiro, que não apenas retoma as teorias linguísticas, mas também as reformula. Na maior parte desses subgrupos das línguas indo-europeias, há ainda uma divisão entre as línguas mortas e as línguas vivas.

O português vai aparecer no subgrupo Itálico, no qual se colocam o Osco, o Ombrio e o Latim como línguas mortas e o Provençal, o Francez, o Italiano, o

Hespanhol, o Rumano e o Grisão, Ladim ou Rumanche e o próprio português como línguas vivas. O texto destaca que as sete línguas vivas do subgrupo Itálico são chamadas de “Neo-Latinas ou Romanicas”. É interessante marcar que são quase inexistentes nesse capítulo das línguas flexionais os apontamentos de povos e regiões, sendo um exemplo o apontamento de que o Kaldáico, do subgrupo Aramaico do grupo Semítico, “foi a língua de Jesu-Khristo”, essa última uma atribuição que não se encontra em Hovelacque.

Por fim, as línguas contractas são descritas como “as línguas indoeuropéas vivas, principalmente as romanicas e germanicas”, as “línguas modernas”, caracterizadas em sua maior parte “pela atrophia ou desaparecimento das syllabas que seguem a syllaba accentuada”, isso “em virtude de um principio biologico” (p. 91). Num outro gesto de autoria de sua parte, Júlio Ribeiro reserva um capítulo exclusivo de seu livro para tratar desse grupo de línguas, enquanto Hovelacque, sem empregar o termo língua contracta, vai estudar essas línguas nomeadas dessa forma pelo autor brasileiro no capítulo sobre as línguas flexionais. É de Lefèvre (1877) que Júlio Ribeiro recupera essa categoria de línguas contractas, pois, como vimos no estudo sobre a origem da linguagem, o autor francês, no que será retomado pelo brasileiro, vai falar de quatro períodos históricos pelas quais todos os idiomas teriam passado, considerando, assim, um período de contração depois dos estágios monossilábicos, aglutinantes e amalgamantes. O gesto de autoria de Júlio Ribeiro estaria, assim, na combinação de teorias e classificações de autores diferentes, dando destaque a um grupo específico de línguas, o das línguas contractas, com a escrita de um capítulo exclusivo de seu livro para tratar da questão.

Numa posição autoral brasileira de colocar o português em primeiro plano da explicação linguística, Júlio Ribeiro vai apresentar as transformações pelas quais o português passou a partir do latim. Diferentemente de toda a atenção dada por Júlio Ribeiro à língua portuguesa no tratamento da classificação das línguas, Hovelacque,

no livro que serve de referência para o primeiro, faz apenas referências muito pontuais ao português, tomando-o inclusive como um dialeto do espanhol. Hovelacque vai formular a questão da mudança do latim do ponto de vista dos fenômenos gerais de transformação que originaram as línguas românicas, pondo acento sobre o francês e fazendo observações também sobre o italiano e o espanhol, sem qualquer nota sobre a língua portuguesa. Já Júlio Ribeiro, além de apresentar detalhadamente as nove transformações pelas quais o português teria passado a partir do latim, apresenta também um comentário igualmente detalhado sobre como os “substantivos portugueses derivam-se de substantivos latinos em ablativo no singular” (p. 95-96). Para demonstrar como o português é “a lingua romanica que com mais fidelidade tem conservado as fórmulas da conjugação latina” (p. 96) , num discurso comum desde o Renascimento de procurar ligar as línguas ao latim e, assim, valorizá-las, o autor vai apresentar uma tabela comparativa das desinências da voz ativa nos dois idiomas no fim do capítulo.

7. História da ciência da linguagem

O último capítulo dos *Traços Geraes de Linguistica, A Sciencia da Linguagem*, é, como aponta o próprio Júlio Ribeiro em uma nota de rodapé, a tradução de um capítulo homônimo do livro *Études de Linguistique et de Philologie* (1872), de André Lefèvre. Nesse trabalho de tradução, contudo, Júlio Ribeiro, num gesto de autoria, não deixa de fazer certas modificações, inserindo dados, exemplos, personagens e eventos não contemplados por André Lefèvre, ditando um conhecimento brasileiro sobre a história da disciplina que se ocupa da língua e da linguagem.

Ao falar de “estudo orgânico da linguagem”, o texto defende que esse estudo “toma o seu lugar na serie das sciencias biológicas, na soleira mesmo da anthropologia” e, apesar de constituir um “dominio proprio”, “fica ligada ás outras sciencias pelos serviços que lhes presta e que dellas recebe” (p. 100-101). Esses

serviços que a ciência da linguagem pode prestar às outras dizem respeito à “comparação dos milhares de idiomas fallados ao mesmo tempo ou successivamente sobre a terra habitada”, que permitiria “chegar a resolver ou a eliminar as questões relativas á unidade da especie, ou á pluralidade das raças” (p. 101).

Pode-se dizer que a Antiguidade e o fim do século XVIII são dados como marcos para a história contada da ciência da linguagem, sendo o fim do século XVIII o verdadeiro início dessa ciência. Em poucas linhas, fala-se rapidamente da Antiguidade e da Idade Média, antes de apontar o Renascimento como a data das primeiras “balbuciações” da filologia e da determinação de algumas famílias de idiomas, momento em que se critica todo o período anterior ao fim do século XVIII justamente pelo desconhecimento da “importancia do problema philologico”:

Antes dos fins do seculo passado nem se suspeitava da importancia do problema philologico. A antiguidade clássica rejeitava como barbaro tudo o que não era a Italia ou a Héllada. Como se teria ella elevado a theorias geraes ? Seu mais serio peculio consiste em observações sem nexos, consignadas nas notas dos eskholiastas, nas compilações de um Varrão, de um Festo, de um Aulo Gelio, de um Macrobio. O khristianismo, as invasões e o khaos da idade media cortaram de uma vez o desenvolvimento intellectual. Tudo se devia principiar de novo ; ora, como a philologia nunca tinha existido, pode se dizer que suas primeiras balbuciações datam da Renascença. (p. 101-102)

É interessante notar a ideia da alteridade como possibilidade, e mesmo condição, para o desenvolvimento da reflexão sobre a linguagem no relato de que a rejeição de tudo o que estava fora da Itália ou da Hélade teria impedido a Antiguidade clássica de traçar teorias gerais. Essa é uma questão defendida por autores contemporâneos da história das ideias linguísticas, como Auroux (1992) e Aussant (2009). Se o método de trabalho da Antiguidade é censurado, sendo pouquíssimos os autores lembrados, o que se conta sobre a Idade Média é ainda menos elogioso, sendo retratada segundo o preconceito forjado pelos historiadores

liberais do século XIX, conforme explica Franklin de Oliveira (1997), como uma época perdida, negra, para o desenvolvimento intelectual, tendo sido preciso, por isso, sem solução de continuidade, “princípios de novo” todos os estudos no Renascimento. É importante notar esse apagamento dos estudos desenvolvidos nas ciências da linguagem antes do advento gramática comparada na afirmação de que mesmo a filologia “nunca tinha existido” antes do Renascimento.

É no século XVI, no Renascimento, que a narrativa localiza a “quasi” determinação de “algumas famílias de idiomas”, entre elas o português. Cabe notar que o português não figura entre as línguas citadas no texto original de André Lefèvre. É Júlio Ribeiro quem, ao traduzir o texto do primeiro, insere o português na história das línguas que eram ligadas ao latim no século XVI, afirmando, portanto, a ligação do português com o latim e a presença do português na história de determinação das famílias de idiomas, num momento chave dessa história. É Júlio Ribeiro quem insere o português na história da ciência da linguagem. Um outro ponto a notar é a crítica ao nível dos estudos de comparação das línguas no século XVI. Tudo seria “confusão e phantazia”, contando apenas com “noções sumárias”, de forma que a etimologia, por exemplo, seria apenas “um brinquedo pedantesco, justo objecto das zombarias dos *beaux esprits*”. (p. 102). Leibniz, no entanto, entra nessa história como aquele que “ousou alfin banir a ortodoxia da linguística, declarando que havia tanta razão para filiar todas as línguas no Hebreu, como havia para filial-as no Hollandez” (p. 102-103). Dois atos de Leibniz representariam a entrada “no único trilho racional”, a proposta de uma “uma collecção de vocabularios” e a redação de uma “lista de termos usuas”, ilustrando a afirmação de que “toda sciencia começa por um agrupamento de factos” (p. 103).

Ignorando a alteridade e não agrupando fatos, a Antiguidade não teria seguido um trilho racional. Por essa razão, criticam-se Fréret, os celtomaníacos e Court de Gebélin por oferecerem apenas, respectivamente, intuição penetrante,

aberrações e divagações estranhas, que “assimilham-se aos sonhos mais ou menos verosímeis de uma alquimia que não podia fructear, porque não possuía ou não sabia vêr os elementos sobre que pretendia operar” (p. 103). É por ir na direção contrária que alguns trabalhos vão merecer ser lembrados, como o Glossário de Du Cange, da qual se diz que ter sido uma obra que encaixou o latim como intermediário das línguas românicas, oferecendo uma “medida commum” ao estudo comparativo das línguas indo-europeias, e entrando assim na história das ciências da linguagem na esteira da descoberta do sânscrito. Os missionários portugueses poderiam ter tido um lugar de destaque nessa história, pois se afirma que eles “conheceram a litteratura brahminica”, mas eles “só a tinham estudado no ponto de vista da fé” (p. 103-104). Dois franceses também poderiam ter ganhado um lugar de destaque nessa mesma história, os padres Pons e Cœudoux, pois chegaram a assinalar “algumas coincidencias notaveis entre o Sanskrito e as linguas classicas”, contudo “seus relatorios ficaram sepultados nas papelarias das Academias, e a França, que poderia ter sido a iniciadora de uma sciencia nova, abandonou essa honra á Inglaterra conjunctamente com o imperio das Indias” (p. 104). É interessante essa nota sobre estudos importantes que foram realizados mas que não circularam, que ficaram perdidos durante um certo tempo, entrando para a história pelo que poderiam ter sido, e não pelo que foram.

A honra de iniciar “uma sciencia nova”, a ciência da linguagem, perdida pela França e Portugal e conquistada pela Inglaterra, é atada aos nomes de Halhed, William Jones, Colebrooke e a Sociedade de Calcutá, responsabilizados pela multiplicação de “edições originaes, traducções e commentarios”. A descoberta do sânscrito teria assim um efeito multiplicador que se revelaria nos vastos repertórios de vocabulários e gramáticas e em descobertas como a de Champollion da língua do antigo Egito, conquistas, por assim dizer, que não representavam ainda um estudo metódico, mas apenas um “ardor desordenado” do “primeiro voo” da ciência da linguagem, que se

encontrava ainda no “período litterario, philologico”, período no qual, segundo a narrativa, “estacionou a França por tanto tempo”, no que se nota a ideia da variação do desenvolvimento da ciência da linguagem segundo diferentes países. O problema desse primeiro voo da ciência da linguagem é que “a curiosidade atirava-se em todas as direcções, mais avida de sentimentos desconhecidos e de costumes novos, do que de comparações solidamente estabelecidas”, de maneira que a “linguística propriamente dita, a analyse profunda não tinha ainda nascido” (p. 105).

O primeiro voo da ciência da linguagem traz uma série de desafios, mas também grandes ganhos. A constituição de um “acervo confuso de linguas trazidas bruscamente á luz” aparece como um ganho do período imediatamente anterior ao nascimento da linguística propriamente dita. Ao tomar o Renascimento como um período chave para os estudos da linguagem por organizar um acervo de línguas e possibilitar as conquistas da linguística no século XIX, Júlio Ribeiro toca num ponto que vai ser desenvolvido minuciosamente por historiadores das ideias linguísticas da nossa época, como Auroux (1992, p. 36), para quem o Renascimento forma o eixo do que ele vai tomar como a segunda revolução técnico-linguística no Ocidente, isto é, a gramatização das línguas do mundo, que, segundo sua análise, “avança largamente o empreendimento de localização das línguas faladas e da construção de modelos que resumam suas relações estruturais e filiações, que será uma das preocupações científicas essenciais do século XIX”.

Para Júlio Ribeiro, aquelas línguas trazidas “bruscamente à luz”, sem organização, impunham desafios pela estranheza de suas estruturas, dados novos com os quais era preciso lidar, caso do chinês, do turco, dos dialetos fino-mongóis, do árabe, do hebreu, as línguas citadas no texto. No andamento desse trabalho, as afinidades, inesperadas, para guardar a palavra do próprio texto, vão sendo descobertas, estabelecidas por alguns autores e obras que vão sendo significados como da história da linguística: William Jones, e F. Schlegel e sua *A língua e a*

sabedoria dos índios, personalizados como protagonistas numa empreitada que tem como centro o estabelecimento de um “parentesco” entre as línguas, de um “antecessor commum” de todas as línguas, uma língua original, por assim dizer, reconstituída pela indução no presente do texto, o século XIX. No entanto, segundo a narrativa, é preciso mais do que “a simples verosimilhança” para “justificar tão affouta concepção”. A falta marcada é sempre a mesma, isto é, a ausência de uma “análise penetrante”, que “tivesse desembaraçado as quinhentas raizes pouco mais ou menos, que, desenvolvidas em themas ou radicaes, atrophiadas em suffixos, em flexões, e em desinencias, entraram no organismo grammatical, e constituíram a trama da lingua”, um “método rigoroso”, que “tivesse construido a escala delicada das vogaes e das alterantes primitivas, notando de idioma em idioma as variações harmonicas de umas e a metamorphose de outras” (p. 107). A linguística, significada também pelo nome de gramática comparada, aparece como a disciplina que possui esse método que faltava e também como o próprio método: “A grammatica comparada tem por base a phonetica comparada, a qual por seu turno funda-se na physiologia. A linguistica é este methodo, esta analyse que reduz a linguagem a seus elementos grammaticaes e phonicos, que deduz de suas relações as leis da etymologia, que com a origem das palavras surprehende o nascer do pensamento” (p. 107).

Na sequência, F. Bopp é apresentado como “o fundador incontestado desta ciência” e sua *Grammatica comparada das línguas indo-europeias* como “o monumento” da ciência linguística. Ao lado de Bopp, o lugar de honra é dado a Schleicher e seu *Compendium*, que teria reconstruído “o mesmo edificio sobre outro plano”, para depois serem mencionados os nomes de Grimm, Pott, Benfey, Aufrecht, Albrecht Weber, Zeuss, Spiegel, Justi, Miklosich, Corsen, Leo Meyer, Curtius, e, como contribuição da França, Regnier, Chavée, Michel Bréal e Abel Hovelacque. Segundo se afirma, o campo onde trabalham todos esses autores é “tão vasto que devemos

nos limitar a traçar os seus limites e a indicar as suas linhas principais” (p. 108). Assim, diante da dificuldade de “abraçar o domínio inteiro da linguística”, o limite demarcado é o de “uma única família de línguas, a primeira, é verdade, entre todas, a que pertence à cabeça da humanidade” (p. 108). A história dessa primeira família de línguas é contada numa narrativa, entre cujos elementos podemos destacar a localização de um lugar (“vasto espaço em torno ao lago Aral ao norte do Thibet, do Hindu-Kuch e dos montes Hyrcaniose”) e de uma raça (“uma raça branca”) de origem e o fato de a língua entrar numa história de descobertas e desenvolvimento de técnicas, de formação de estruturas familiares e sociais e também de diásporas, de lutas, de invasões. A mudança, a ramificação e a separação das línguas são explicadas pelo contato entre os idiomas e por questões como as faculdades vocais e interesses de cada povo, além do clima, uma sorte de “lei natural”, para utilizar o termo do texto. Falando em interesse dos povos, o domínio do natural é afetado, portanto, por algo da ordem do social, numa interpretação muito particular do comparatismo que se repete ao longo da obra de Júlio Ribeiro, de forma que a “lei natural” que rege e explica a mudança, a ramificação e a separação das línguas funcionaria segundo acontecimentos de ordem social na história. Apesar do isolamento e das incompreensões que vão se criando, as “nações irmãs” guardariam um “cunho primitivo” e um “patrimônio comum”, sendo que a “antiguidade relativa e o parentesco dessas nações medem-se pelo número de palavras e de idéias que formam seu patrimônio comum” (p. 110). Uma outra questão a destacar é a consideração de que o “estado da ciência” na época permitia estabelecer relações de vizinhança entre povos por meio da análise das línguas. Nesse ponto, cabe chamar ainda a atenção não apenas para a associação entre língua e raça, mas também para o vocabulário empregado para falar de raça, como *grupos, grupo humano, família, nações, nações irmãs e povos*.

É como uma “nova concepção de história” que o relato é caracterizado no texto. Essa nova concepção de história teria como “obras” e “produto” da “micrographia linguistica” despachar “o plano divino e as genealogias bíblicas” (p. 112). Nesse momento, a mitologia comparada aparece como uma “aplicação da linguistica” no estudo “das religiões e das philosophias, do desenvolvimento das idéias” (p. 112). Na discussão sobre a mitologia comparada, comparecem como temas, entre outros, os mitos fundados no esquecimento do sentido natural e concreto das palavras, fazendo-se uma reflexão sobre os nomes dos deuses e de como a linguagem servia à prática do mito, além da posição de que os linguistas têm algo a dizer sobre a ideia de Deus.

Fechando o capítulo e finalizando o livro, com o objetivo de se transportar “para além da historia, para antes do vôo das idéias” com o intuito de “surprehender em seus rudimentos extremos essa linguagem que de um animal fez o homem”, a narrativa segue os passos de algumas centenas de “raizes quase irreductiveis” (p. 14-15), base das línguas europeias estabelecida pela fonética comparada, e da “raça branca superior” para mostrar, com indicações sobre quantidade de vogais e alternantes e divisão do som, como a feição da língua dessa raça vai mudando com a divisão dos idiomas, apontando-se um caminho de mudança que passa por gregos, persas, chineses, mongóis, fineses e turcos, semitas e aryas, americanos e africanos, mostrando como uns levaram mais longe que os outros o desenvolvimento das línguas ao longo de séculos, num processo de fusão de idiomas a partir de línguas individuais ou de famílias de línguas e também de separação de idiomas em inumeráveis dialetos. Nesse trabalho, a “sciencia da linguagem” é apresentada como aquela que permite penetrar nos costumes e nas ideias dos antepassados e, assim, “tocar a própria origem da razão da intelligencia” (p. 117).

8. Considerações finais

Emergindo como uma obra única no seu gênero no cenário brasileiro em 1880, os *Traços Geraes de Linguística* nos possibilitam aprofundar a compreensão sobre o alcance do que Orlandi (2009, p. 172) chama de “processo de descolonização linguística” na ação dos autores brasileiros do século XIX em assumir uma posição de saber sobre a língua portuguesa. Em suma, se Orlandi (2009) nos permite afirmar um gesto de descolonização linguística por parte dos gramáticos brasileiros que, ao escreverem gramáticas de português para um público igualmente brasileiro, proclamam um conhecimento brasileiro sobre a língua que se fala e se escreve no Brasil, a análise que fizemos dos *Traços Geraes de Linguística* nos mostra que o gesto de autoria de Júlio Ribeiro não se dá apenas sobre o conhecimento da língua do Brasil, mas também sobre a língua dos outros e, principalmente, sobre a linguagem em geral e mesmo sobre a história da ciência da linguagem, inserindo, assim, através desse mesmo gesto de autoria, a língua portuguesa e as línguas indígenas brasileiras nas questões gerais e na história do conhecimento científico sobre a linguagem no século XIX. Nessa trilha, podemos enxergar Júlio Ribeiro como um linguista que está a par das questões do seu tempo e como um historiador das ciências da linguagem que, embora retome alguns preconceitos próprios de sua época, como considerar a Idade Média uma época de trevas, toma posições modernas que encontram apoio em pesquisas atuais, como reconhecer a alteridade como condição para a reflexão linguística e o Renascimento como um marco fundamental para os estudos da linguagem, por reunir e organizar um acervo de línguas a partir do qual será possível formular uma série de ideias linguísticas e mesmo operar uma revolução na linguística.

Referências Bibliográficas

AQUINO, J. E. de. **Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil**. 2016. 354 p. Tese – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

AUROUX, S. **Questão da origem das línguas. A historicidade das ciências**. Campinas: RG, 2008.

_____. Introduction: émergence et domination de la grammaire comparée. In: AUROUX, S. **Histoire des idées linguistiques: l'hégémonie du comparatisme**. Liège/ Bruxelles: Pierre Mardaga, 2000a, p. 9-22.

_____. Les langues universelles. In: AUROUX, S. **Histoire des idées linguistiques: l'hégémonie du comparatisme**. Liège/ Bruxelles: Pierre Mardaga, 2000b, p. 377-408.

_____. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

AUSSANT, É.. Présentation – La nomination des langues dans l'histoire. **Histoire Épistémologie Langage**, n. 31, p. 5-13, 2009.

BROCA, P. Du siège de la faculté du langage articulé. **Bulletins de la Société d'anthropologie de Paris**, Paris, 1^o Série. Tome 6, p. 377-393, 1865.

COLOMBA, B.; FOURNIER, J.-M.; PUECH, C.. **Histoire des idées sur le langage et les langues**. Paris: Klincksieck, 2010.

DIAS, N.; RUPP-EISENREICH, B. Linguistique et anthropologie physique. In: AUROUX, S. **Histoire des idées linguistiques: l'hégémonie du comparatisme**. Liège/ Bruxelles: Pierre Mardaga, 2000, p. 279-294.

ENGLER, R. La géographie linguistique. In: AUROUX, S. **Histoire des idées linguistiques: l'hégémonie du comparatisme**. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga, 2000, p. 239-252.

FERRIÈRE, É. **Le darwinisme**. Paris: Librairie Germer-Baillière, 1872.

HOVELACQUE, A. **La linguistique**. Paris: C. REINWALD ET Cie, 1877.

LEFÈVRE, A. **Études de linguistique et de philologie**. Paris: Ernest Leroux, 1877.

KLIPPI, C. **La Vie du langage**: la linguistique dynamique en France de 1864 à 1916. Lyon: ENS Éditions, 2010.

LYELL, C. **The geological evidences of the antiquity man**. London: John Murray, 1868.

OESTERREICHER, W. L'étude des langues romanes. In: AUROUX, S. **Histoire des idées linguistiques**: l'hégémonie du comparatisme. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga, 2000, p. 183-192.

OLIVEIRA, F. de. Apresentação à edição brasileira: breve panorama medieval. In: LOYN, H. R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 6-12.

ORLANDI, E. P. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

RENAN, E. **De l'origine du langage**. 2. ed. Paris: Michel Levy, 1858.

RIBEIRO, J. **Traços geraes de linguística**. São Paulo: Abilio A.S. Marques, 1880.

_____. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

TOPINARD, P. **L'Anthropologie**. Paris: C. Reinwald et Cie. Libraires-Éditeurs, 1876.

Artigo recebido em: 24.05.2017

Artigo aprovado em: 25.08.2017